



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Pobreza, exclusão social e políticas sociais

O EMPREENDEDORISMO SOCIAL EM PORTUGAL NA ESTRATÉGIA DE COMBATE À POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL: UMA ILUSTRAÇÃO

SANTOS, Mónica,

Mestre em Sociologia

Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP)

88.monica@gmail.com

GUERRA, Paula,

Doutoramento em Sociologia

Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (DS-FLUP), Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras do Porto (ISFLUP)

pguerra@letras.up.pt; mariadeguerra@gmail.com,

Resumo

A presente comunicação recorre aos quadros conceituais do empreendedorismo social e da economia social para analisar um conjunto de políticas sociais nacionais criadas a partir de meados de 1990, colocando-se a tónica nos eixos da criação de emprego e do incremento das qualificações, do apoio e dinamização da economia social; do desenvolvimento local e fortalecimento das parcerias e, por fim, da inclusão social e da inventariação de respostas a grupos mais desfavorecidos. As políticas sociais serão descritas com base nas principais temáticas abordadas, nos destinatários e no papel que atribuem ao terceiro setor português. Apesar da complexidade e fragmentação teórica existente em torno do empreendedorismo social e de conceitos próximos, como o de economia social e economia solidária, consideramos profícua a sua instrumentalização na compreensão de novas respostas à pobreza e exclusão social perante as incapacidades manifestas do setor público e do descomprometimento dos mercados. São ainda convocados os principais obstáculos sentidos pelos atores chave do terceiro setor, no âmbito das políticas nacionais ou ausência delas, de forma a contribuir para a discussão sobre o papel que o setor assume no cenário atual e na sua articulação com o Estado.

Abstract

The presentation uses the conceptual frames of social entrepreneurship and social economy to analyse a set of national social policies created since the mids-1990, emphasizing four main axes: job creation and skills improvement; support and promotion of social economy; local development and partnership strengthening and, finally, social inclusion through the inventory of solutions to the most disadvantaged social groups. Social policies are described here by its majors themes, recipients and the role attributed to the Portuguese third sector. Despite the theoretical complexity and fragmentation around the concept of social entrepreneurship and others near it, as social economy and solidarity economy, we consider that it could be useful in order to understand and reflect about the new responses to poverty and social exclusion in face of public sector failure or inability and the disengagement of the markets. We are also using the main obstacles referred by key third sector actors about national social policies implications in the sector, in order to contribute to the discussion about the third sector role in the current scenario and its articulation with the state.

Palavras-chave: empreendedorismo social, terceiro setor, capacitação das comunidades, exclusão social, políticas sociais

Keywords: social entrepreneurship; third sector; empowering communities; social exclusion; social policies

PAP1065

1. Abertura

A presente comunicação advém da reflexão de um dos eixos analíticos do projeto de investigação designado “Empreendedorismo Social em Portugal: as políticas, as organizações e as práticas de educação/formação” (PTDC/CS-SOC/100186/2008). Este eixo incide sobre o enquadramento político-legal de promoção direta ou indireta do empreendedorismo social e da economia social no terceiro setor português, setor que tem vindo a assumir um papel preponderante na resposta aos problemas do desemprego, da pobreza e da exclusão social. A multiplicidade de formas organizativas encontradas no terceiro setor e a longevidade do próprio tem suscitado um conjunto de perspetivas nem sempre complementares ou sobrepostas. Será, por isso, necessário fazer uma resenha sobre os principais conceitos que enformam o setor, nomeadamente, o do empreendedorismo social, economia social e economia solidária. Propomo-nos, contudo, perspetivar o setor sob o olhar do empreendedorismo social emergente a partir da década de 1990 do século XX, uma vez que este tem suscitado e suscitado um conjunto de debates sobre novas abordagens de combate à pobreza e à exclusão social, a partir da capacitação e desenvolvimento comunitário, do ênfase na sustentabilidade das iniciativas e na orientação primordial da missão social em detrimento da acumulação do capital. Estas foram algumas das principais dimensões balizadoras que nos permitiram analisar um rol de políticas sociais nacionais direcionadas ou com impacto para o terceiro setor e que serão aqui descritas tendo em conta os públicos-alvo privilegiados e o papel atribuído aos atores do terceiro setor. Por fim, apresentaremos, de forma breve, os principais obstáculos inventariados pelos atores-chave do setor em análise, com base em entrevistas exploratórias realizadas no âmbito do projeto supra citado. Pretendemos com esta análise suscitar a reflexão sobre a forma como as novas abordagens ao terceiro setor podem constituir estratégias possíveis e viáveis de combate à pobreza e exclusão social ao arpejo das lógicas mais assistencialistas.

2. As múltiplas abordagens em torno do terceiro setor

A crise ou o recuo dos Estados Providência, a desregulação e globalização das economias têm, sobretudo em períodos de maior recessão económica, deixado a descoberto um conjunto de grupos e indivíduos mais vulneráveis ou com maior risco de vulnerabilidade à pobreza e exclusão social. Esta ausência ou maior morosidade de respostas perante os novos e velhos desafios sociais têm suscitado, por sua vez, ora a reemergência de uma sociedade providência caracterizada outrora como forte em detrimento de um Estado Providência fraco (Santos, 1993; Mozzicafredo, 1992) ora a mobilização mais ou menos formal e institucional da sociedade civil, em parceria ou não com o setor estatal e o setor privado lucrativo, no sentido de encontrar formas alternativas de conferir respostas a problemas associados ao emprego, saúde, habitação, educação, etc. O aumento do número de cooperativas e associações em novas áreas de intervenção, como o ambiente, o consumo, o desenvolvimento local, a ajuda humanitária, etc., mas também a consolidação de organizações mais tradicionais como as misericórdias, centros paroquiais e a mais recente proliferação de instituições de solidariedade social, são alguns dos exemplos do crescente papel assumido pelo designado terceiro setor português. Embora não seja este o objetivo da nossa comunicação, importa apenas referir que as reflexões em torno da evolução e da natureza da articulação entre estes atores e o Estado enfatizam ora lógicas de dependência e complementaridade, frequentemente caracterizadas pela ambiguidade de funções e papéis, de fontes de financiamento e de graus de cooperação (Santos, 1999; Hespanha, 2000; Quintão, 2004; Franco et al, 2005).

Várias abordagens têm sido criadas de forma a apreender este conjunto de iniciativas coletivas mais ou menos organizadas. Em Portugal, podemos situar a reemergência, a partir dos anos 1980, de um conjunto de conceitos, filiados alguns em correntes teóricas e ideológicas que remontam ao século XIX, por via das influências do socialismo utópico, do social cristianismo e do liberalismo económico dando origem às lógicas cooperativas, mutualistas e associativas (Quintão, 2004; 2011), e outros cujas dinâmicas assentam sobretudo na capacitação individual e comunitária, no desenvolvimento local, na democraticidade e na sustentabilidade das ações e iniciativas coletivas. O enfoque privilegiado nesta apresentação é o do empreendedorismo social, conceito com maior impacto no contexto norte-americano mas que vai sendo assimilado gradualmente no espaço europeu. É a partir da década de 1990 que adquire maior visibilidade e

pertinência pelo objetivo de articular os princípios das organizações não lucrativas com os métodos e instrumentos das áreas da gestão e da economia procurando uma maior eficiência e a sustentabilidade económica das organizações (Mair & Marti, 2006). De forma grosseira, podemos afirmar que o empreendedorismo social é o produto do desenvolvimento de iniciativas individuais e/ou coletivas, a diferentes graus de formalização, e que pressupõem a primazia da criação do valor social em detrimento da obtenção e acumulação do lucro (Dees, 2001; Austin et al., 2006; Certo & Miller, 2008). Contudo, é ainda necessário salvaguardar a própria fragmentação do conceito de empreendedorismo social, sendo por alguns enfatizada a dimensão da inovação e transformação social, a capacidade de conferir produtos e serviços originais e eficazes com impactos profundos ao nível das localidades e comunidades, enquanto para outros é a componente dos métodos de gestão e a sustentabilidade económica que conferem a particularidade do fenómeno (Defourny & Nyssens, 2010a).

A esta fragmentação teórica do conceito em territórios anglo-saxónicos, acresce a utilização de outros conceitos, ancorados a realidades próprias e distintas, como o caso da Europa e da América Latina. No primeiro caso, são as abordagens da economia social e do terceiro setor que compõem os quadros teóricos dominantes enquanto no segundo caso prevalece a abordagem da economia solidária ou popular. Iremos descrever, resumidamente, estes conceitos.

A economia social engloba o conjunto de cooperativas, mutualidades, associações e fundações (CIRIEC, 2007) que partilham determinados princípios: a primazia do indivíduo e do objeto social sobre o capital; a autonomia e independência de gestão, não estando dependente quer do Estado quer do mercado; o controlo democrático dos membros; a primazia das pessoas e do objeto social sobre o capital na distribuição dos excedentes (CIRIEC, 2007; Defourny, 2009). Ainda no âmbito desta abordagem, Defourny (2001) introduz a designação de empresa social para apreender as novas entidades e dinâmicas do terceiro setor que emergem nas últimas décadas do século XX e que constituem uma combinação de elementos das cooperativas e das entidades não lucrativas. Resumidamente, são “organizações privadas, autónomas e empreendedoras que providenciam produtos ou serviços com o objetivo explícito de beneficiar a comunidade. São detidas e geridas por um grupo de cidadãos e o interesse material dos investidores é sujeito a limites (...), estando ora proibidas legalmente de distribuir lucros, ora estruturadas de forma a excluir o lucro como objetivo principal” (Borzaga, Galera & Nogales, 2008, p. 5).

O terceiro setor é frequentemente designado como o espaço ou, segundo o CIRIEC (2007), o ponto de convergência entre a economia social e o setor não lucrativo, embora não exatamente coincidentes, uma vez que este último não contempla alguns dos princípios da economia social, assentando antes numa lógica mais assistencialista e caritativa. É ainda referido como sendo o espaço onde se encontram as diversas entidades que não se inserem nem na moldura do setor público/Estado nem na do setor lucrativo/mercado.

Por fim, a economia solidária privilegia as respostas assentes na solidariedade e reciprocidade “em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento económico predominante nas sociedades de mercado” (Laville e Gaiger; 2009, p. 162) embora o seu amplo campo de atuação se articule em torno do mercado, Estado e comunidade (Amaro, 2009).

Apesar desta fragmentação e plasticidade concetual, é transversal às diferentes abordagens a análise do ressurgimento de entidades do terceiro setor que, quer como soluções de resposta à incapacidade estatal e desinteresse do mercado, quer como alternativas ou complementos a estes atores, se foram desenvolvendo e consolidando a partir da década de 1980. Para Ferreira (2010) a emergência do terceiro setor remonta às crises dos anos 1970 e ao abalo do modelo da “mão invisível”, constituindo-se enquanto “alternativa que, e atendendo às especificidades nacionais, afirma a ideia segundo a qual a economia é governada por uma pluralidade de princípios e formas de organização” (Ferreira, 2010, p. 3). Por sua vez, Ferreira (2006) inventaria um conjunto de fatores que subjazem ao relançamento do setor: “as transformações do Estado Providência e da lógica de atuação das políticas públicas; a transformação da sociedade industrial e da natureza do trabalho; a transformação das fronteiras que separam público, privado, lucrativo e não lucrativo, que reflete processos mais amplos associados às próprias transformações na modernidade” (Ferreira, 2006, p. 9). Segundo a autora, o declínio do emprego industrial, patente no desemprego estrutural e subemprego,

conferiu a reemergência do terceiro setor. Aliás, desde a década de 1980 do século XX que o terceiro setor é visto como uma das soluções no combate ao desemprego tendo a Comissão Europeia afirmado o seu papel para o emprego estrutural (Ferreira, 2006).

Verificaremos, de seguida, como as medidas políticas sociais identificadas como potenciadoras das iniciativas de empreendedorismo social no espaço do terceiro setor direcionam-se efetivamente para a criação de emprego e autoemprego, no sentido de dar respostas ao desemprego e à exclusão, quer ainda para a capacitação e o desenvolvimento local e comunitário.

3. O empreendedorismo social nas políticas sociais portuguesas (1995-2011)

O processo de seleção e análise dos programas políticos, embora condicionado pelo caráter aberto dos conceitos teóricos (Lloyd, 2004; Ferreira, 2006), foi realizado de forma criteriosa, onde se procurou identificar os instrumentos políticos que marcam a agenda do empreendedorismo social no âmbito do terceiro setor. Esta escolha foi realizada com base num cruzamento sistemático entre uma abordagem sócio-histórica e os discursos dos atores-chave entrevistados no âmbito do projeto onde se insere este trabalho. É importante referir também o cruzamento sistemático das diferentes orientações de política a nível nacional com as dimensões de empreendedorismo social identificadas em termos teóricos (Parente, Costa, Santos & Chaves, 2011; Parente, Costa, Santos & Amador, 2012). Não sendo o nosso objetivo descrever esta reflexão mais alargada do conceito ficam, contudo, registadas as principais dimensões isoladas cujo objetivo é o de aferir o grau de empreendedorismo social presente nas iniciativas sociais estudadas: a primazia da missão social face ao lucro; a capacitação das comunidades e seus membros; a inovação social e organizacional com base nos princípios das empresas sociais (Defourny, 2001; Defourny & Nyssens, 2010b); a avaliação do valor e do impacto social; o investimento no capital social, a abertura ao capital humano e a sustentabilidade económica (Parente et al, 2011, 2012). Assim, foram selecionados um conjunto de políticas sociais criadas a partir de meadas de 90 por considerar este período como de arranque mais concertado de uma panóplia de medidas de combate ao desemprego e à pobreza ao mesmo tempo que se multiplicaram medidas de apoio à qualificação, à inserção profissional de grupos mais desfavorecidos, ao desenvolvimento local e à economia social. Em baixo, listam-se os programas selecionados:

Programas Políticos Nacionais
Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS)
EQUAL
Iniciativa Bairros Críticos
Inov-Social
Mercado Social de Emprego (MSE)
Microcrédito
Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI)
Plano Nacional de Emprego (PNE)
Plano Nacional para Igualdade (PNI)
Portugal 2020. Plano Nacional de Reformas (PNR)
Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Economia Social (PADES)
Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECEPE)

Programa de Desenvolvimento Cooperativo
Programa Operacional de Emprego, Formação, e Desenvolvimento Social (POEFDS)
Programa Rede Social

Atendendo às principais temáticas abordadas pelos programas que mais se aproximavam das dimensões teóricas inventariadas, procedeu-se à seguinte categorização temática: combate à pobreza e exclusão social (PNAI); desenvolvimento local e/ou fomento de parcerias (CLDS; Iniciativa Bairros Críticos; Programa Rede Social; PAECPE); capacitação da comunidade e dos grupos (Equal; Iniciativa Bairros Críticos; Microcrédito; PNI; PADES; POEFDS); apoio à inserção/integração profissional, formação e emprego (Inov-Social; MSE; Microcrédito; PNE; PADES; PAECPE; Programa de Desenvolvimento Cooperativo); e apoio às organizações de terceiro setor e sociedade civil (Equal; PNR; Programa de Desenvolvimento Cooperativo). Relativamente aos destinatários dos vários programas, estes são muito variáveis dependendo do alcance e abrangência do programa, e podem apresentar-se como diretos e indiretos. Verificamos que, de modo geral, as categorias mais frequentes dirigem-se a grupos habitualmente incluídos nos públicos socialmente desfavorecidos, por norma, face ao emprego mas não só (desempregados, nomeadamente, desempregados de longa duração, mulheres, jovens, portadores de deficiência, imigrantes, trabalhadores com baixas qualificações, beneficiários do Rendimento Social de Inserção, famílias monoparentais, crianças, sem abrigo, idosos, toxicodependentes, ex reclusos), ainda a atores e organizações do terceiro setor e economia social (ONG, IPSS, mútuas, misericórdias, cooperativas, associações, uniões, confederações e federações,) e do modelo produtivo em geral (empresas e com destaque as PME e as micro empresas). Destacam-se ainda, como destinatários de programas mais específicos, as comunidades e bairros marcados pela marginalidade assim como a administração local.

Se, por vezes, é o próprio terceiro setor ou as organizações da economia social os destinatários diretos dos programas (PADES, Programa de Desenvolvimento Cooperativo), ele é convocado frequentemente como parceiro e colaborador do setor estatal na execução das medidas. É-lhe também atribuído a importância enquanto dinamizador e criador de emprego local pela proximidade às populações. A título de exemplo, salienta-se no MSE, a importância da economia social no combate à pobreza e exclusão através da criação de alternativas de emprego e de satisfação de necessidades sociais não colmatadas pelo mercado. Ainda, no Programa Rede Social, é reconhecido a importância das instituições particulares assentes nas redes de solidariedade social, na otimização de respostas locais evitando-se assim a criação de novos organismos e o aumento significativo de despesas.

Se parece evidenciar-se a importância, sobretudo ao nível das parcerias, que os programas conferem às organizações do terceiro setor, é agora altura de confrontar estas assunções com os principais obstáculos elencados nas entrevistas a vinte atores-chave do terceiro setor em Portugal, sendo que dezoito são representantes de instituições de representação e de programas políticos nacionais e dois são atores-chave individuais.

A partir dos seus depoimentos sobre o tipo de obstáculos criados pelas políticas nacionais às suas organizações e às instituições do terceiro setor em geral, chegámos já a algumas conclusões preliminares: segundo alguns atores, existe uma falta de diálogo e confiança entre Estado e as entidades do terceiro setor. Estas entidades consideram que o Estado não as inclui efetivamente na formulação e discussão das políticas, secundarizando o seu papel na implementação e execução das medidas. A ambiguidade que parece caracterizar a articulação entre Estado e terceiro setor (Franco et al, 2005; Hespanha, 2000) está patente na opinião daqueles que consideram haver uma ausência de legislação específica do setor que atenda às suas particularidades. Intimamente relacionado com o obstáculo anterior, a proposta de que as entidades do terceiro setor deveriam ser objeto de isenção fiscal uma vez que substituem e complementam o Estado nos serviços sociais que prestam às comunidades. Por fim, ainda de salientar a referência à ausência de um sistema de avaliação e monitorização de atividades por forma a testar e compreender os reais impactos destas organizações.

4. Notas conclusivas

A partir dos programas políticos selecionados podemos aferir um conjunto de articulações com as dimensões teóricas do empreendedorismo social, visíveis nos eixos da criação de emprego e do incremento das qualificações, do apoio ao crescimento e dinamização da economia social, do desenvolvimento local e do fortalecimento das parcerias e, por fim, um eixo mais transversal, da inclusão social através do acionamento de respostas que previnam e colmatem as desigualdades e vulnerabilidades assentes no género, situações e condições perante o trabalho, qualificações, território, idade, etc.

As dimensões por nós estabelecidas do empreendedorismo social e a moldura das empresas sociais revelam-se adequadas para repensar um conjunto de respostas à pobreza e exclusão social. O fomento de iniciativas sustentáveis que envolvam e capacitam as comunidades no sentido de dinamizar as suas localidades apresenta-se, antes de mais, como um meio de afirmação da cidadania ativa e de consolidação democrática. A proximidade das instituições do terceiro setor às comunidades deve funcionar por via da participação e do envolvimento das pessoas na discussão e nos processos de decisão das respostas aos seus próprios problemas. A capacitação das comunidades consubstancia-se no processo e/ou consequência dos projetos participativos que implicam o desenvolvimento de capacidades humanas em detrimento da criação de relações de dependência (Bornstein, 2007).

Parece-nos, contudo, fundamental definir claramente os papéis e as responsabilidades dos atores em jogo, neste caso, Estado e terceiro setor. O papel de parceiro e dinamizador atribuído ao terceiro setor carece de uma maior transparência e aprofundamento, aliás, esta relativa ambiguidade é vivenciada por alguns atores chave no que concerne às expectativas perante o Estado. Urge por isso clarificar se o modelo de terceiro setor funciona como substituto nas respostas que seriam de garantir pelo Estado ou se conferem, em alternativa, respostas viáveis e sustentáveis para as comunidades.

Referências bibliográficas

Amaro, Rogério (2009). A Economia Solidária da Macaronésia - Um Novo Conceito. *Revista de Economia Solidária*, 1, 11-28.

Austin, James; Wei-Skillern, Jane; Stevenson, Howard (2006). Social and Commercial Entrepreneurship: Same, Different, or Both? *Entrepreneurship Theory and Practice*, 30(1), 1-22.

Bornstein, David (2007). Como mudar o mundo: os empreendedores sociais e o poder de novas ideias. Alfragide: Estrela Polar Editora.

Borzaga, Carlo; Galera, Giulia; Nogales, Rocío (2008). Social Enterprise - a new model for poverty reduction and employment generation. Ed. United Nations Development Programme (UNDP) and EMES European Research Network project, UNDP Regional Bureau For Europe and the Commonwealth of Independent States.

Centre International de Recherches et d'Informations sur l'Economie Publique, Sociale et Coopérative (CIRIEC) (2007). A Economia Social na União Europeia. Bruxelas: Comité Económico e Social Europeu.

Certo, S.; Miller, T. (2008). Social entrepreneurship: Key issues and concepts. *Business Horizons*, 51, 267-271.

Dees, Gregory (2001). The Meaning of Social Entrepreneurship. Recuperado a 1 de Maio, 2012, de: http://www.caseatduke.org/documents/dees_sedef.pdf

Defourny, Jacques (2001). Introduction - From third sector to social enterprise. In J. Defourny & C. Borzaga (Eds.), *The Emergence of Social Enterprise* (pp. 1-28). London: Routledge.

- Defourny, Jacques (2009). Economia Social. In Gattani, A. S., Laville, J.-L., Gaiger, L. I. et al (coord.), *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 156-161). Coimbra: Almedina.
- Defourny, Jacques; Nyssens, Marthe (2010a). Conceptions of Social Enterprise and Social Entrepreneurship in Europe and the United States: Convergences and Divergences. *Journal of Social Entrepreneurship*, 1(1), 32-53.
- Defourny, Jacques; Nyssens, Marthe (2010b). Social enterprise in Europe: At the crossroads of market, public policies and third setor. *PolicyandSociety*, 29, 231-242.
- Ferreira, S. (2006). A economia social face ao mercado – o empreendedorismo social. In M. A. Almeida, S. Nunes, S. Pais, & T. P. Amaro, *Conferência Nacional “Economia Social e Promoção de Emprego”* (pp. 9-32). Observatório do Emprego e Formação Profissional: Lisboa.
- Ferreiro, M. F. P. (2010). Humanidade e pluralidade: a economia social em perspetiva. *Revista Dirigir*, 109, 3-7.
- Franco, Raquel el al (2005). O setor não lucrativo português numa perspetiva comparativa. Porto: Universidade Católica Portuguesa e Johns Hopkins University.
- Hespanha, Pedro (2000). Os caminhos e os descaminhos do terceiro setor a propósito da experiência portuguesa recente. *Atas do Seminário de Antropologia e Sociologia do Congresso Portugal-Brasil. Secção de Textos da Faculdade de Economia de Coimbra*. Coimbra: Faculdade de Economia de Coimbra.
- Laville, Jean-Louis & Luiz Inácio Gaiger (2009). Economia Solidária. In Gattani, A. S., Laville, J.-L., Gaiger, L. I. et.al (coord.), 2009. *Dicionário Internacional da Outra Economia* (pp. 162-168). Coimbra: Almedina
- Mair, Johanna & Marti, Ignasi (2006). Social entrepreneurship research: A source of explanation, prediction, and delight. *JournalofWorld Business*, 41, 36-44
- Mozzicafredo, Juan (1992). O Estado-Providência em Portugal: estratégias contraditórias. *Sociologia Problemas e Práticas*, 12, 57-89
- Parente, Cristina; Costa, Daniel; Santos, Mónica & Chaves, Rosário (2011). Empreendedorismo social: contributos teóricos para a sua definição. *Atas do XIV Encontro Nacional de Sociologia Industrial, das Organizações e do Trabalho Emprego e coesão social: da crise da regulação à hegemonia da globalização* (pp: 268-282) Lisboa: APSIOT.
- Parente, Cristina (coord), Costa, Daniel, Santos, Mónica e Cláudia, Amador (2012). *Empreendedorismo Social: Dos Conceitos às Escolas De Fundamentação. As Configurações De Um Conceito em Construção*. Work in progress/Draft. Disponível em: <http://web3.letras.up.pt/empsoc/index.php/produtos/category/11-artigos>
- Quintão, Carlota (2004). Terceiro Setor - elementos para referenciação teórica e conceptual. V Congresso Português de Sociologia. *Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação; Atelier: Mercados, Emprego e Trabalho*. Braga: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Quintão, Carlota (2011). O terceiro setor e a sua renovação em Portugal. Uma abordagem preliminar. *IS WorkingPapers*, 2(2). Porto. Disponível em: http://isociologia.pt/App_Files/Documents/is-wp-ns002_110411025242.pdf.
- Santos, Boaventura de Sousa (1993). Um Estado Providencia fraco numa Sociedade Providência forte. In Santos, Boaventura de Sousa (Org.) *Portugal: um retrato singular* (pp.43-49). Porto: Afrontamento:
- Santos, Boaventura de Sousa (1999). *A Reinvenção Solidária e Participativa do Estado*, Oficina do CES, 134.